



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. DIMENSÃO INSTITUCIONAL	3
3. MISSÃO, VALORES E VISÃO DE FUTURO	3
4. INTERVENTORIA DA CAPAF	3
5. GESTÃO PREVIDENCIAL	4
6. GESTÃO DE INVESTIMENTOS	7
7. GESTÃO PATRIMONIAL E ADMINISTRATIVA	14
8. FATOS RELEVANTES	16
9. EVENTOS SUBSEQUENTES	17
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
11. ANEXOS	
POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS	
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
PARECERES ATUARIAIS	
PARECER AUDITORIA INDEPENDENTE	

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2016

1. APRESENTAÇÃO

Na forma determinada pela Resolução MPS/CGPC nº 23/2006, a CAPAF apresenta aos participantes, patrocinadores, sociedade e órgãos reguladores o seu Relatório Anual de Informações, com o registro dos fatos de maior relevância ocorridos na Entidade no ano de 2016.

Estão anexados a este Relatório os principais documentos de informação e de avaliação do desempenho institucional no período, quais sejam: a Política de Investimentos, as Demonstrações Contábeis na data-base de 31/12/2016 e os Pareceres do Atuário e da Auditoria Independente.

2. DIMENSÃO INSTITUCIONAL

A Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, classificada como entidade fechada de previdência complementar, instituída em 1969 sob a forma de sociedade civil pelo Banco da Amazônia S.A. com a denominação original de Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco da Amazônia S.A.

Tem por finalidade básica instituir, administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária, acessíveis aos empregados dos patrocinadores Banco da Amazônia e da própria CAPAF, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Os recursos dos planos de benefícios administrados pela CAPAF têm como origem as contribuições de seus Patrocinadores e Participantes e os rendimentos resultantes das aplicações financeiras realizadas com observância às disposições da Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e normativos complementares.

A CAPAF é regida pelas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29/05/2001 e, por consequência, obedece às normas expedidas pelo então Ministério da Previdência Social, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e às Resoluções do Conselho Monetário Nacional, tornadas públicas pelo Banco Central do Brasil.

3. MISSÃO, VALORES E VISÃO DE FUTURO

Missão: Administrar planos de previdência complementar, proporcionando segurança e qualidade de vida a seus Participantes.

Valores: Respeito à vida e à dignidade humana; Responsabilidade socioambiental; Ética; Honestidade; Integridade; Competência; Confiabilidade; Qualidade; Democracia; Transparência; Sustentabilidade; Sinergia; Valorização do Capital Humano.

Visão de Futuro: Ser a melhor Administradora de planos de benefícios da Amazônia e referência nacional no ramo, motivo de orgulho para Patrocinadores, Participantes e Colaboradores.

4. INTERVENTORIA DA CAPAF (DESDE 04/10/2011)

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC decretou a intervenção na CAPAF, pelo prazo inicial de 180 dias, nomeando como Interventor o Senhor Nivaldo Alves Nunes, conforme Portarias PREVIC nº 573 e 574, de 03/10/2011, publicadas no Diário Oficial da União de 04/11/2011.

Referida Intervenção vem sendo renovada sucessivamente, perdurando até a presente data (Portarias PREVIC nº 573 e 574, de 03/10/2011; nº 142, de 21/03/2012; nº 508, de 13/09/2012; nº 153, de 26/03/2013; nº 491, de 17/09/2013; nº 699, de 16/12/2013; nº 199, de 11/04/2014; nº 522, de 13/10/2014; nº 205, de 16/04/2015; nº 536, de 08/10/2015; nº 151, de 05/04/2016; nº 481, de 06/10/2016, nº 517, de 03/11/2016; e nº 568, de 05/12/2016, publicadas no Diário Oficial da União de 04/10/2011, 22/03/2012, 14/09/2012, 27/03/2013, 18/09/2013, 17 e 18/12/2013, 14/04/2014, 14/10/2014, 20/04/2015, 13/10/2015, 06/04/2016, 07/10/2016, 07/11/2016 e 07/12/2016, respectivamente).

Na forma do disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, a intervenção determinou a perda do mandato dos Diretores e dos Conselheiros (titulares e suplentes) da Entidade.

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

5.1. PLANOS DE BENEFÍCIOS

São os seguintes os Planos de Benefícios administrados e executados pela CAPAF:

- Plano de Benefícios Previdenciais (BD): Modalidade: Benefício Definido. Homologado pelas Portarias nº 1.700, de 19/07/1979, e nº 2.590, de 03/08/1981, do então Ministério da Previdência e Assistência Social. Entrou em vigor em 14/08/1981. Registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB sob o nº 1981.0014-92. Plano em extinção.
- Plano Misto de Benefícios (CV): Modalidade: Contribuição Variável. Aprovado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social – Secretaria de Previdência Complementar-SPC, através do Ofício nº 3553/SPC/COJ, de 19/12/2000, entrou em vigor em 1º/06/2001. Registrado no CNPB sob o nº 2000.0084-29. A implantação deste Plano permanece em discussão na esfera judicial. Plano em extinção.
- Plano Saldado de Benefício Definido (BDS): Modalidade: Benefício Definido. Aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC através da Portaria nº 586, de 05/08/2010. Plano em vigor desde 01/01/2013. Registrado no CNPB sob o nº 2010.0033-65.
- Plano Misto de Benefício Saldado (CVS): Modalidade: Benefício Definido. Aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC através da Portaria nº 587, de 05/08/2010. Plano em vigor desde 01/01/2013. Registrado no CNPB sob o nº 2010.0032-92.
- Plano de Benefícios Previdenciários (PrevAmazônia): Modalidade: Contribuição Variável. Aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC através da Portaria nº 585, de 05/08/2010. Plano em vigor desde 01/03/2013. Registrado no CNPB sob o nº 2010.0034-38.

5.2. POPULAÇÃO (BASE 31/12/2016)

QUADRO DE PARTICIPANTES	BD	CV	BDS	CVS	Prev Amazônia
Ativos	196	44	334	262	1.423
Aposentados	573	67	338	272	0
Pensionistas	241	46	393	92	0
Total	1.010	157	1.065	626	1.423

Fonte: Gerências de Benefícios e de Contribuições

5.3. CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Os recursos previdenciais de 2016, representados pela arrecadação de contribuições pessoais e patronais (incluindo os repasses para pagamento das parcelas dos contratos financeiros dos Planos Saldados e contribuições para despesas administrativas), totalizaram R\$ 123.107 mil.

PLANOS	Em R\$ mil				
	BD	CV	BDS	CVS	Prev Amazônia
Ativos	1.815	309	0	0	10.258
Assistidos	4.503	618	11.287	5.123	0
Patrocinador	3.188	697	58.797	16.309	10.203
Total	9.506	1.624	70.084	21.432	20.461

Fonte: Gerências de Benefícios e de Contribuições

Além desses recursos, o Banco da Amazônia repassou à CAPAF, em 2016, o montante de R\$ 41.511 mil, para a complementação da folha de benefícios do Plano BD, em cumprimento à decisão judicial.

5.4. BENEFÍCIOS PAGOS

As despesas com benefícios de complementação de aposentadorias, pensões e pagamento de resgates de reserva de poupança totalizaram, no exercício de 2016, R\$ 121.805 mil. O quadro a seguir demonstra a composição dos recursos utilizados por tipo de despesas.

Em R\$ mil					
PLANOS	BD	CV	BDS	CVS	Prev Amazônia
Aposentadorias	39.369	3.418	28.976	19.956	0
Pensões	6.459	1.992	12.620	4.210	0
Pecúlios	1.439	170	844	106	36
Resgate	82	0	156	1.747	225
Total	47.349	5.580	42.596	26.019	261

Fonte: Gerências de Benefícios e de Contribuições

Os benefícios dos Planos Saldados foram reajustados no mês de janeiro/2016 pela variação do INPC-IBGE. Os benefícios do Plano CV foram reajustados no mês de janeiro/2016 pela variação do INPC-IBGE ou pela variação da cota, conforme a opção feita pelo participante por ocasião da migração para o Plano. Os benefícios do Plano BD, em cumprimento a decisão judicial, foram reajustados em setembro/2016, na mesma época e percentual dos empregados ativos do Banco da Amazônia.

5.5. HIPÓTESES ATUARIAIS

O quadro abaixo demonstra as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial/2016 dos Planos de Benefícios, apuradas por meio de estudos técnicos de aderência, elaborados pela Consultoria Atuarial da CAPAF, em atendimento à Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

PREMISSAS	PLANO BD	PLANO CV	PLANO BDS	PLANO CVS	PREV-AMAZÔNIA
Hipóteses Biométricas					
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000, Feminina, suavizada em 10% (ambos os sexos)				
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss				
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas, suavizada em 20%	Álvaro Vindas, suavizada em 20%	Não Aplicável	Não Aplicável	Álvaro Vindas, suavizada em 20%
Rotatividade	1,64%	1,64%	Não Aplicável	Não Aplicável	1,64%
Composição Familiar	Ativos: 90% casados, esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real Informada				
Aposentadoria	1ª elegibilidade				
Hipóteses Financeiras					
Taxa Real de Juros	5,01%	5,09%	5,01%	5,01%	4,86%
Inflação	5,13%				
Crescimento Salarial Real	0,25%	0,25%	Não Aplicável	Não Aplicável	0,25%
Crescimento Real de Benefícios	0,00%				
Capacidade Salarial e de Benefícios	98,00%				
Número de Benefícios	13				
Duration (anos)	9,51	9,06	10,37	10,71	15,8
Modalidade do Plano	Benefício Definido	Contribuição Variável	Benefício Definido	Benefício Definido	Contribuição Variável
CNPB	19.810.014-92	20.000.084-29	2010.0033-65	2010.0032-92	2010.0034-38
Patrocinador Principal	Banco da Amazônia				
Atuário	Deloitte Touche Tohmatsu				

Fonte: Deloitte e Consultoria Técnica

6. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O ano de 2016 mostrou-se difícil para a economia nacional. No campo político chegou ao fim o processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Na economia houve a permanência da recessão, refletida na queda do PIB, queda na arrecadação federal, aumento no déficit fiscal, crise nas contas estaduais, aumento dos juros para financiamento, queda na confiança dos investidores e aumento do desemprego.

A inflação iniciou o ano de forma acelerada. Já no mês de janeiro a variação foi de 1,51%, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), dando indicativos de que o ano apresentaria resultado novamente acima da meta oficial de 6,5% (IPCA-IBGE).

Vários indicadores da economia real apresentaram resultados preocupantes, dentre os quais a redução nas linhas de crédito (consumidor e empresas) e a manutenção da taxa de juros em patamar elevado. Como consequência, as famílias postergaram o consumo e as empresas adiaram investimentos, em função das incertezas.

Em grande parte por conta da recessão econômica, a inflação mostrou retrocesso, tanto que encerrou o ano com variação de 6,58% (INPC), ainda superior à meta de inflação, porém, inferior aos 11,27% verificados em 2015. Diante desse cenário, o COPOM iniciou o ciclo de redução da taxa de juros, que dos 14,25%, desde julho/2015, passou a 13,75% no final do ano.

Diante da continuidade do regime de Intervenção, as Políticas de Investimentos da CAPAF foram elaboradas com as premissas básicas de preservar a liquidez de curto e médio prazos e priorizar alocações em títulos públicos e gestão, através de instituições financeiras de reconhecida competência.

A carteira de investimentos finalizou 2016 com patrimônio de R\$ 568,6 milhões, alocados em: **(a)** renda fixa 88,1%; **(b)** renda variável 0,3%; **(c)** Estruturados 0,3%; **(d)** Imóveis 10,8%; e **(e)** Empréstimos 0,6%.

Os indicadores de desempenho dos investimentos registraram os seguintes resultados: **(a)** meta atuarial 12,0%; **(b)** CDI-Cetip 14,0%; e **(c)** IMA-B5 15,4%.

A carteira de investimentos finalizou o ano com taxa de retorno de 11,75%, resultado que representou os seguintes desempenhos: **(a)** 97,3% da meta atuarial; **(b)** 83,9% do CDI-Cetip; e **(c)** 76,2% do IMA-B5. Na forma segmentada de mercado, os desempenhos foram: **(a)** Renda Fixa: 113,9% da meta atuarial e 98,2% do CDI-Cetip; **(b)** Renda Variável: -87,9% da meta atuarial e -75,8% do CDI-Cetip; **(c)** Estruturados: -633,5% da meta atuarial e -546,3% do CDI-Cetip; **(d)** Imóveis: 51,0% da meta atuarial e 44,0% do CDI-Cetip; e **(e)** Empréstimos: 276,5% da meta atuarial e 238,4% do CDI-Cetip.

6.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Com base na Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009, a CAPAF adota desde 2013 a segregação real na gestão de recursos dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2016			
Meta Atuarial	Indexador: INPC + Taxa de Juros (média): 5,08% a.a.		
Interventor	Nivaldo Alves Nunes		
Riscos Controlados	Mercado		
Diretrizes de Alocação de Recursos	Considerados elegíveis os ativos de investimentos permitidos na Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional.		
Cenários Considerados	INPC	SELIC ⁽¹⁾	IBX-100 ⁽²⁾
Ano 2016	7,20%	14,92%	21.358
Ano 2017	6,30%	14,25%	24.561
Ano 2018	6,30%	14,25%	28.246
Ano 2019	6,30%	14,25%	32.483
Ano 2020	6,30%	14,25%	37.355

Fonte: Consultoria de Investimentos.

Nota 1: Taxa média no ano.

Nota 2: Números de pontos no final do ano.

6.2. PORTFÓLIOS E TAXAS DE RETORNO DOS INVESTIMENTOS, POR PLANO

6.2.1. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDO

Quadro 1

PATRIMÔNIO – PLANO BD (em R\$ mil)					
Carteira de Investimentos	Dez/2015	Dez/2016	%	Δ %	Resolução CMN 3.792/2009
Carteira Geral	3.707.207	3.792.796	100,0	2,3	
Renda Fixa	0	642.377	16,9	-	100,0
Fundo Votorantim Institucional RF	0	642.377	16,9	-	
Renda Variável	0	0	0	-	70,0
Estruturado	0	0	0	-	20,0
Imobiliário	2.991.431	2.930.196	77,3	(2,0)	8,0
Prédio Brasília	2.991.431	2.930.196	77,3	(2,0)	
Empréstimos ao Participante	715.776	220.223	5,8	(69,2)	15,0
Plano BD	715.776	220.223	5,8	(69,2)	

Fonte: Consultoria de Investimentos e Gerência de Contabilidade

Quadro 2

TAXA DE RETORNO – PLANO BD		
Carteira de Investimentos	2015 (%)	2016 (%)
Carteira Geral	12,89	19,53
Renda Fixa	-	14,80
Renda Variável	-	-
Estruturado	-	-
Imobiliário	8,34	9,70
Empréstimos ao Participante	28,21	33,70
TMA (INPC + 5,11% aa)	17,40	12,025
CDI (Cetip)	13,24	14,00
Desempenho do Plano (TMA)	74,1	162,4
Desempenho do Plano (CDI)	97,3	139,5

Fonte: Consultoria de Investimentos

O Plano BD encerrou 2016 com investimentos no montante de R\$ 3,7 milhões, distribuídos em: **(a)** renda fixa 16,9%; **(b)** imóveis 77,3%; e **(c)** empréstimos aos participantes 5,8%.

O Plano apresentou crescimento patrimonial de 2,3%, em razão de investimentos e valorização de recursos alocados no segmento de renda fixa.

A macroalocação dos investimentos, com base na Resolução CMN n° 3.792/2009, encerrou 2016 com registro de desenquadramento no segmento de imóveis, em face da redução do patrimônio do Plano.

O Plano de Benefícios auferiu taxa de retorno de 19,5%, que representou 162,4% da meta atuarial e 139,5% do CDI-Cetip.

O desempenho dos investimentos superior às metas foi creditado ao segmento de empréstimos, em razão da remuneração dos contratos de mútuo superior à taxa de juros e inflação.

6.2.2. PLANO CV

Quadro 1

PATRIMÔNIO – PLANO CV (em R\$ mil)					
Carteira de Investimentos	Dez/2015	Dez/2016	%	Δ %	Resolução CMN 3.792/2009
Carteira Geral	59.780.672	61.110.977	100,0	2,2	-
Renda Fixa	45.840.825	48.371.797	79,2	5,5	100,0
CCB – Raesa	1.051.571	1.058.063	1,7	0,6	
Debêntures – Vale	10.203	14.941	0,0	46,4	
Título Público – CFT	14.323.885	13.254.962	21,7	(7,5)	
Fundo Multimercado – Plano CV FIC	29.792.020	33.531.533	54,9	12,5	
Fundo Multimercado – Fator Sigma	18.140	4.190	0,0	(76,9)	
Fundo Votorantim Institucional RF	392.843	400.792	0,7	2,0	
Fundo Portfólio Máster I	252.163	107.316	0,2	(57,4)	
Renda Variável	335.601	285.369	0,4	(14,9)	70,0
Banco da Amazônia ON	61.133	68.705	0,1	12,3	
Celesc ON	252.330	180.837	0,3	(28,3)	
Celesc PNB	11.548	18.369	0,0	59,0	
Bradesco PN	10.590	17.458	0,0	64,8	
Estruturado	1.110.845	262.305	0,4	(76,3)	20,0
Multiner FIP	1.110.845	262.305	0,4	(76,3)	
Imobiliário	12.415.653	12.148.246	19,8	(2,1)	8,0
Prédio Brasília	3.366.845	3.267.437	5,3	(2,9)	
Shopping Pátio Belém	5.824.221	5.693.468	9,3	(2,2)	
Shopping WTC São Paulo	3.224.587	3.187.341	5,2	(1,1)	
Empréstimos ao Participante	77.748	43.260	0,1	(44,3)	15,0
Plano CV	77.748	43.260	0,1	(44,3)	

Fonte: Consultoria de Investimentos e Gerência de Contabilidade

Quadro 2

TAXA DE RETORNO – PLANO CV		
Carteira de Investimentos	2015 (%)	2016 (%)
Carteira Geral	11,14	9,52
Renda Fixa	13,00	12,80
Renda Variável	(12,23)	(9,90)
Estruturado	(0,32)	(76,50)
Imobiliário	6,0	5,80
Empréstimos ao Participante	27,37	39,40
TMA (INPC + 5,14% aa)	17,40	12,059
CDI (Cetip)	13,24	14,00
Desempenho do Plano (TMA)	64,1	78,93
Desempenho do Plano (CDI)	84,2	67,99

Fonte: Consultoria de Investimentos

O Plano CV encerrou 2016 com investimentos no montante de R\$ 61,1 milhões, distribuídos em: **(a)** renda fixa 79,2%; **(b)** renda variável 0,4%; **(c)** estruturado 0,4%; **(d)** imóveis 19,8%; e **(e)** empréstimos aos participantes 0,1% (ver quadro 1).

O Plano apresentou crescimento patrimonial de 2,2%, em razão de reinvestimentos e valorização dos recursos alocados no segmento de renda fixa.

A macroalocação dos investimentos, com base na Resolução CMN nº 3.792/2009, encerrou 2016 com registro de desequilíbrio no segmento de imóveis.

O Plano de Benefícios auferiu taxa de retorno de 9,52%, que representou 67,9% da meta atuarial e 78,9% do CDI-Cetip.

O desempenho dos investimentos inferior às metas decorreu dos seguintes e principais fatores: **(a)** reavaliação patrimonial do fundo de participações (FIP Multiner); **(b)** remarcação de fundo de investimentos no portfólio de fundo exclusivo; **(c)** taxa de retorno do segmento de imóveis, com destaque para os resultados dos shoppings centers; **(d)** remuneração dos contratos de mútuo superior à taxa de juros e inflação; e **(e)** variação negativa do segmento de renda variável.

6.2.3. PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO SALDADO

Quadro 1

PATRIMÔNIO – PLANO BD SALDADO (em R\$ mil)					
Carteira de Investimentos	Dez/2015	Dez/2016	%	Δ %	Resolução CMN 3.792/2009
Carteira Geral	67.445.447	104.796.425	100,0	55,3	
Renda Fixa	67.117.172	104.023.221	99,3	54,9	100,0
Fundo Multimercado FIC BD Saldado	67.117.172	104.023.221	99,3	54,9	
Renda Variável	0	0	0	-	70,0
Estruturado	0	0	0	-	20,0
Imobiliário	0	0	0	-	8,0
Empréstimos ao Participante	328.275	773.204	0,7	135,5	15,0
Plano BDS	328.275	773.204	0,7	135,5	

Fonte: Consultoria de Investimentos e Gerência de Contabilidade

Quadro 2

TAXA DE RETORNO – PLANO BD SALDADO		
Carteira de Investimentos	2015 (%)	2016 (%)
Carteira Geral	12,95	15,05
Renda Fixa	12,64	14,90
Renda Variável	-	-
Estruturado	-	-
Imobiliário	-	-
Empréstimos ao Participante	27,6	34,20
TMA (INPC + 5,14% aa)	17,40	12,059
CDI (Cetip)	13,24	14,00
Desempenho do Plano (TMA)	74,5	124,7
Desempenho do Plano (CDI)	97,8	107,4

Fonte: Consultoria de Investimentos

O Plano BD Saldado encerrou 2016 com investimentos no montante de R\$ 104,7 milhões, distribuídos em: **(a)** renda fixa 99,3%; e **(b)** empréstimos aos participantes 0,7%.

O Plano apresentou crescimento patrimonial de 55,3%, em razão de repasses contratuais de dívida e valorização de recursos alocados no segmento de renda fixa.

A macroalocação dos investimentos, com base na Resolução CMN nº 3.792/2009, encerrou o ano sem registro de desenquadramentos.

O Plano de Benefícios auferiu taxa de retorno de 15,05%, que representou 124,7% da meta atuarial e 107,4% do CDI-Cetip.

O desempenho dos investimentos superior às metas decorreu dos seguintes e principais fatores: **(a)** estratégia e rebalanceamento do portfólio de investimentos do fundo exclusivo; e **(b)** remuneração dos contratos de mútuo superior à taxa de juros e inflação.

6.2.4. PLANO CV SALDADO

Quadro 1

PATRIMÔNIO – PLANO CV SALDADO (em R\$ mil)					
Carteira de Investimentos	Dez/2015	Dez/2016	%	Δ %	Resolução CMN 3.792/2009
Carteira Geral	273.811.149	296.315.531	100,0	8,2	-
Renda Fixa	220.897.876	247.815.981	83,6	12,1	100,0
CCB – Raesa	3.778.795	3.802.127	1,3	0,6	
Debêntures – Vale	120.086	175.841	0,1	46,4	
Título Público – CFT	51.471.660	47.630.575	16,1	(7,4)	
Fundo Multimercado – BB Amazônia	134.337.687	182.568.429	61,6	35,9	
Fundo BB Previdenciário TP IX	27.341.922	4.237.701	1,4	(84,5)	
Fundo BTG Pactual Market	9.459	-	-	-	
Fundo Multimercado – Fator Sigma	121.167	137.329	0,0	13,3	
Fundo Votorantim Institucional RF	2.810.939	8.878.333	3,0	215,8	
Fundo Portfólio Máster I	906.161	385.646	0,1	(57,4)	
Renda Variável	1.194.037	1.005.793	0,3	(15,7)	70,0
Banco da Amazônia ON	219.678	246.915	0,1	12,3	
Celesc ON	906.750	649.838	0,2	(28,3)	
Celesc PNB	41.475	65.975	0,0	59,0	
Bradesco PN	26.134	43.065	0,0	64,7	
Estruturado	3.991.350	942.480	0,3	(76,3)	20,0
Multiner FIP	3.991.350	942.480	0,3	(76,3)	
Imobiliário	47.316.640	46.251.653	15,7	(2,2)	8,0
Prédio Brasília	13.424.313	13.027.921	4,4	(2,9)	
Shopping Pátio Belém	21.727.949	21.206.564	7,2	(2,3)	
Shopping WTC São Paulo	12.164.378	12.017.168	4,1	(1,2)	
Empréstimos ao Participante	411.246	299.624	0,1	(27,1)	15,0
Plano CVS	411.246	299.624	0,1	(27,1)	

Fonte: Consultoria de Investimentos e Gerência de Contabilidade

Quadro 2

TAXA DE RETORNO – PLANO CV SALDADO		
Carteira de Investimentos	2015 (%)	2016 (%)
Carteira Geral	12,29	11,01
Renda Fixa	14,13	13,70
Renda Variável	(12,03)	(10,70)
Estruturado	(0,32)	(76,50)
Imobiliário	5,91	6,00
Empréstimos ao Participante	27,13	29,20
TMA (INPC + 5,11% aa)	17,40	12,025
CDI (Cetip)	13,24	14,00
Desempenho do Plano (TMA)	70,6	91,5
Desempenho do Plano (CDI)	92,8	78,6

Fonte: Consultoria de Investimentos

O Plano CV Saldado encerrou 2016 com investimentos no montante de R\$ 296,3 milhões, distribuídos em: **(a)** renda fixa 83,6%; **(b)** renda variável 0,3%; **(c)** estruturado 0,3%; **(d)** imóveis 15,7%; e **(e)** empréstimos aos participantes 0,1%.

O Plano apresentou crescimento patrimonial de 8,2%, em razão de reinvestimentos e valorização de recursos alocados no segmento de renda fixa.

A macroalocação dos investimentos, com base na Resolução CMN n° 3.792/2009, encerrou o ano com registro de desequilíbrio no segmento de imóveis.

O Plano de Benefícios auferiu taxa de retorno de 11,01%, que representou 91,5% da meta atuarial e 78,6% do CDI-Cetip.

O desempenho dos investimentos inferior às metas decorreu dos seguintes e principais fatores: **(a)** reavaliação patrimonial do fundo de participações (FIP Multiner); **(b)** taxa de retorno do segmento de imóveis, com destaque para os resultados dos shoppings centers; **(c)** remuneração dos contratos de mútuo superior à taxa de juros e inflação; e **(d)** variação negativa do segmento de renda variável.

6.2.5. PLANO PREVAMAZÔNIA

Quadro 1

PATRIMÔNIO – PLANO PREVAMAZÔNIA (em R\$ mil)					
Carteira de Investimentos	Dez/2015	Dez/2016	%	Δ %	Resolução CMN 3.792/2009
Carteira Geral	42.721.117	68.720.886	100,0	60,8	
Renda Fixa	42.721.117	68.720.886	100,0	60,8	100,0
Fundo BB Institucional RF	17.371.684	68.720.886	100,0	60,8	
Multimercado – PrevAmazônia FIC	25.349.433	-	-	-	
Renda Variável	0	0	-	-	70,0
Estruturado	0	0	-	-	20,0
Imobiliário	0	0	-	-	8,0
Empréstimos ao Participante	0	0	-	-	15,0

Fonte: Consultoria de Investimentos e Gerência de Contabilidade

Quadro 2

TAXA DE RETORNO – PLANO PREVAMAZÔNIA		
Carteira de Investimentos	2015 (%)	2016 (%)
Carteira Geral	8,61	13,01
Renda Fixa	8,61	13,01
Renda Variável	-	-
Estruturado	-	-
Imobiliário	-	-
Empréstimos ao Participante	-	-
TMA (INPC + 4,92% aa)	17,40	11,825
CDI (Cetip)	13,24	14,00
Desempenho do Plano (TMA)	49,5	110,0
Desempenho do Plano (CDI)	65,0	92,9

Fonte: Consultoria de Investimentos

O Plano PrevAmazônia encerrou 2016 com investimentos no montante de R\$ 68,7 milhões, alocados integralmente no segmento de renda fixa.

O Plano apresentou crescimento patrimonial de 60,8%, em razão de contribuições mensais de participantes e patrocinadores e valorização dos recursos alocados no segmento de renda fixa.

A macroalocação dos investimentos, com base na Resolução CMN n° 3.792/2009, encerrou o ano sem registro de desenquadramentos.

O Plano de Benefícios auferiu taxa de retorno de 13,01%, que representou 110,0% da meta atuarial e 92,9% do CDI-Cetip.

O desempenho dos investimentos superior à meta atuarial decorreu dos seguintes e principais fatores: **(a)** comportamento da inflação; **(b)** remarcação de título privado no portfólio do fundo de investimentos; **(c)** portfólio do fundo composto de títulos público e privado.

6.2.6. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Quadro 1

PATRIMÔNIO – PGA (em R\$ mil)					
Carteira de Investimentos	Dez/2015	Dez/2016	%	Δ %	Resolução CMN 3.792/2009
Carteira Geral	25.222.497	31.901.747	100,0	26,4	-
Renda Fixa	24.041.110	31.457.586	98,6	30,8	100,0
CCB – Raesa	717.218	703.519	2,2	(1,9)	
Debêntures – Vale	23.212	33.989	0,2	46,4	
Fundo SulAmérica Exclusive	2.413.229	3.510.503	11,0	45,4	
Fundo Votorantim Institucional RF	2.972.736	8.054.439	25,2	170,9	
Fundo Portfólio Máster I	202.575	86.212	0,3	(57,4)	
Fundo Multimercado – Fator Sigma	368.043	77.817	0,2	(78,8)	
Fundo Caixa Brasil 2016 II	2.141.106	-	-	-	
Fundo Votorantim Premium Banks	8.063.944	9.224.284	28,9	14,3	
Fundo SulAmérica Excellence	7.139.047	9.766.823	30,6	36,8	
Renda Variável	272.513	230.004	0,7	(15,5)	70,0
Banco da Amazônia ON	50.028	56.228	0,2	12,3	
Celesc ON	206.490	147.985	0,5	(28,3)	
Celesc PNB	9.451	15.032	0,0	59,0	
Bradesco PN	6.544	10.759	0,0	64,4	
Estruturado	908.874	214.157	0,7	(76,4)	20,0
Multiner FIP	908.874	214.157	0,7	(76,4)	

Fonte: Consultoria de Investimentos e Gerência de Contabilidade

Quadro 2

TAXA DE RETORNO – PLANO PGA		
Carteira de Investimentos	2015 (%)	2016 (%)
Carteira Geral	11,31	10,46
Renda Fixa	12,28	13,70
Renda Variável	(12,17)	(11,10)
Estruturado	(0,32)	(76,40)
TMA (INPC + 5,08% aa)	17,40	12,442
CDI (Cetip)	13,24	14,00
Desempenho do Plano (TMA)	65,0	84,1
Desempenho do Plano (CDI)	85,4	74,7

Fonte: Consultoria de Investimentos

O Plano de Gestão Administrativa encerrou 2016 com investimentos no montante de R\$ 31,9 milhões, distribuídos em: **(a)** renda fixa 98,6%; **(b)** renda variável 0,7%; e **(c)** estruturado 0,7%.

O Plano Administrativo apresentou crescimento patrimonial de 26,4%, em razão de novas alocações de recursos provisionados para pagamento de obrigações do Plano BD e valorização dos recursos alocados no segmento de renda fixa.

A macroalocação dos investimentos, com base na Resolução CMN nº 3.792/2009, encerrou o ano sem registro de desenquadramentos.

O Plano Administrativo auferiu taxa de retorno de 10,46%, que representou 84,1% da meta atuarial e 74,7% do CDI-Cetip.

O desempenho dos investimentos inferior às metas decorreu dos seguintes e principais fatores: **(a)** reavaliação patrimonial do fundo de participações (FIP Multiner); **(b)** rebalanceamento do segmento de renda fixa; e **(c)** variação negativa do segmento de renda variável.

7. GESTÃO PATRIMONIAL E ADMINISTRATIVA

7.1. COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS, DÉFICITS E SUPERÁVITS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS E CONSOLIDADO (2016 / 2015)

CONTAS	2016 (por Plano - em R\$ mil)					
	BD	CV	BDS	CVS	PrevAmaz	Total
(+) Ativo Total	30.431	65.369	711.441	442.272	68.881	1.318.394
(-) Exigível Operacional	128.405	3.277	592	2.709	42	135.025
(-) Exigível Contingencial	48.305	4.594	1.358	52	-	54.309
(-) Fundos ñ Previdenciais	-	1.927	7.474	10.898	155	20.454
(=) Ativo Líquido	(146.279)	55.571	702.017	428.613	68.684	1.108.606
(-) Provisões Matemáticas	641.663	85.676	595.222	390.009	67.234	1.779.804
(-) Fundo Previdencial	-	1.700	37.042	21.769	1.450	61.961
(=) Déficit / Superávit Técnico	(787.942)	(31.805)	69.753	16.835	0	(733.159)

CONTAS	2015 (por Plano - em R\$ mil)					
	BD	CV	BDS	CVS	PrevAmaz	Total
(+) Ativo Total	27.463	64.027	660.330	415.573	42.742	1.210.135
(-) Exigível Operacional	124.560	1.723	512	297	12	127.104
(-) Exigível Contingencial	58.469	5.424	1.405	51	-	65.349
(-) Fundos ñ Previdenciais	-	1.738	5.574	9.437	17	16.766
(=) Ativo Líquido	(155.566)	55.142	652.839	405.788	42.713	1.000.916
(-) Provisões Matemáticas	594.160	83.908	549.582	379.346	42.152	1.649.148
(-) Fundo Previdencial	-	1.422	34.755	24.669	561	61.407
(=) Déficit / Superávit Técnico	(749.726)	(30.188)	68.502	1.773	0	(709.639)

Fonte: Gerência de Contabilidade

As demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas estão disponíveis no Anexo 02.

7.2. ORÇAMENTO ADMINISTRATIVO

7.2.1 RECEITAS

GRUPO DE RECEITAS	RECEITAS ADMINISTRATIVAS			
	2015	2016	RESULTADO COMPARATIVO	
			R\$	Variação %
Previdencial	1.180.683,90	1.099.752,18	(80.931,72)	(6,85)
Investimentos	1.544.909,78	1.547.487,41	2.577,63	0,16
Outras	4.734.755,37	4.815.225,63	80.470,26	1,69
Total	7.460.349,05	7.462.465,22	2.116,17	0,02

Fonte: Gerência de Contabilidade

As receitas administrativas realizadas em 2016 totalizaram R\$ 7.462 mil. Comparativamente ao ano anterior, apresentaram crescimento marginal de 0,02%, associado ao grupo de investimentos.

Individualmente as receitas apresentaram os seguintes resultados: (i) Previdencial – redução de R\$ 80,9 mil (6,85%); (ii) Investimentos – aumento de R\$ 2,5 mil (0,16%); e (iii) Outras – aumento de R\$ 80,4 mil (1,69%).

Em observância à Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que trata das fontes e limites do custeio administrativo, a CAPAF utiliza como indicador dos gastos administrativos a Taxa de Carregamento de 6,5%, sendo que o limite máximo normativo é de 9% do somatório de contribuições e benefícios dos planos.

7.2.2 DESPESAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
GRUPO DE DESPESAS	2015	2016	RESULTADO COMPARATIVO	
			R\$	Δ %
Pessoal	1.613.094,98	1.829.588,73	216.493,75	13,42
Encargos	582.791,30	670.742,42	87.951,12	15,09
Assistência Social	551.900,39	614.315,56	62.415,17	11,30
Outras Despesas c/ Pessoal	25.552,70	41.417,90	15.865,20	62,08
Diretoria / Intervenção	199.346,84	212.508,71	13.161,87	6,60
Serviço de Terceiros	1.589.874,62	1.615.465,93	25.591,31	1,60
Suprimentos Gerais	179.796,59	228.557,07	48.760,48	27,11
Depreciação	19.221,65	21.022,96	1.801,31	9,37
Imóvel	81.614,64	90.969,64	9.355,00	11,46
Amortização	161.027,54	10.598,64	(150.428,90)	(93,41)
Outras (impostos/taxas)	647.244,51	601.949,46	(45.295,05)	(6,99)
Total	5.651.465,76	5.937.137,02	285.671,26	5,05

Fonte: Gerência de Contabilidade

As despesas administrativas realizadas em 2016 totalizaram R\$ 5.937 mil. Comparativamente ao ano anterior o crescimento nominal foi de R\$ 285,6 mil (5,05%).

Em 2016 a inflação medida pelo INPC-IBGE (indicador de atualização da remuneração dos empregados) apresentou variação de 6,58% e o IGPM-FGV (indicador de atualização de serviços) apresentou variação de 7,19%.

As despesas administrativas estão classificadas em econômicas e desembolsáveis. As desembolsáveis apresentaram aumento de R\$ 423,9 mil (7,85%), enquanto que as econômicas a redução foi de R\$ 139,2 mil (53,1%).

No comparativo anual, destacamos **(i)** Pessoal – aumento de R\$ 382,7 mil (13,8%); **(ii)** Amortização – redução de R\$ 150,4 mil (93,4%); e **(iii)** Impostos/taxas – redução de R\$ 45,2 mil (6,9%).

8. FATOS RELEVANTES

1. Regime de Intervenção na Entidade

Diante do total desequilíbrio e exaustão dos recursos financeiros do Plano BD, em março/2012 o Interventor da CAPAF apresentou ao Patrocinador Banco da Amazônia proposta adicional àquela aprovada pela PREVIC em agosto/2010, manifestando entendimento de que a melhor opção seria a implantação dos Planos Saldados juntamente com o lançamento do PrevAmazônia e negociação do passivo trabalhista (acordo judicial nos autos) com aqueles que pleiteavam os benefícios da Portaria nº 375/1969.

A proposta foi submetida pelo Banco da Amazônia à análise da Secretaria do Tesouro Nacional e do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST). Em junho/2012 os órgãos consultados concluíram pela adoção da solução sugerida pelo Interventor da CAPAF.

Assim, em agosto/2012, tiveram início o prazo para adesão aos Planos Saldados e as audiências de conciliação nos diversos Tribunais Regionais para homologação dos acordos judiciais, envolvendo o pagamento, pelo Banco da Amazônia, de valores referentes às ações interpostas até 04/10/2011 (data de início da intervenção da CAPAF) que tinham como objetos direitos pretensamente assegurados pela Portaria BASA nº 375, de 04/12/1969.

A possibilidade de acordo judicial abria a perspectiva de redução substancial das demandas judiciais e, conseqüentemente, da elevação do índice de adesão aos Planos Saldados.

Todavia, essa expectativa não se concretizou, de forma que, compilados os dados relacionados às adesões aos novos planos saldados, em 31/12/2012, o percentual de aceitação foi de 52%.

Mediante Portarias nºs 562, 563 e 564, de 03/10/2012, a PREVIC autorizou a prorrogação, por 11 (onze) meses, a contar de 28/03/2012, do prazo para o início do funcionamento dos novos planos de benefícios da CAPAF.

De posse da base de dados daqueles participantes que fizeram adesão, a Consultoria Deloitte elaborou estudo de avaliação técnica e concluiu pela viabilidade de implantação dos planos saldados.

A assessoria jurídica também foi favorável à implantação dos planos saldados, embora tenha feito ressalvas quanto às incertezas jurídicas em relação às ações judiciais em trâmite.

Dessa forma, o Interventor da CAPAF foi favorável à implantação dos Planos Saldados, uma vez que a medida atendia aos anseios da maioria dos participantes, que passariam a contar com planos de benefícios equilibrados financeiramente e ajustados à legislação atual da previdência complementar.

A implantação desses novos planos mostrou-se decisiva para a continuidade e o fortalecimento da CAPAF como entidade fechada de previdência complementar e permitiu a implantação do novo plano PrevAmazônia, dando oportunidade a que aproximadamente 2.000 novos empregados do Banco da Amazônia pudessem aderir a esse novo plano.

O Banco da Amazônia comunicou à CAPAF que o Conselho de Administração do Banco aprovou a implantação dos Planos BDS e CVS (a contar de 01/01/2013) e do PrevAmazônia (a contar de 01/03/2013).

Em 08/02/2013 foram formalizados os correspondentes contratos financeiros em que o Banco da Amazônia assumiu o compromisso pelo repasse à CAPAF dos recursos da ordem de R\$ 646.934 mil, alusivos aos participantes assistidos que fizeram a adesão, na forma prevista na Resolução CGPC nº 17, de 11/06/1996.

Referidos Contratos foram aditivados conforme abaixo:

1º Aditivo, em 31/07/2013: para permitir um aporte adicional de R\$ 38.393 mil, totalizando R\$ 685.327 mil, em função das alterações e adesões finais ao cadastro de participantes que ingressaram nos Planos Saldados;

2º Aditivo, em 20/11/2015: para alterar, de março para novembro, a data da avaliação atuarial, cujos resultados servem de base para eventuais ajustes contratuais;

3º Aditivo, em 31/12/2015: para adequar o Contrato à nova legislação das entidades fechadas de previdência complementar, concernente à taxa de juros real utilizada nas avaliações atuariais, bem como para ajustar valores decorrentes da avaliação atuarial com base em 30/11/2015, e para adequar critérios e metodologias da atualização mensal do valor dos Contratos.

Como o saldamento dos planos antigos contemplou apenas 52% dos participantes, persiste a situação de total desequilíbrio econômico-financeiro dos Planos BD e CV, que abrigam os participantes que não fizeram

opção pelos Planos Saldados. Novas alternativas estão em estudo para a solução do problema e, conseqüentemente, para o encerramento do regime especial de intervenção.

De ressaltar que os Planos Saldados e PrevAmazônia apresentaram equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, inclusive com superávit técnico neste exercício.

2. Decisão Judicial: Suspensão da Liquidação Extrajudicial dos Planos BD e CV

Por meio das Portarias nº 108 e 110, de 07/03/2013, publicadas no DOU de 08/03/2013, a PREVIC decretou a liquidação extrajudicial dos Planos BD e CV tendo sido nomeado administrador especial, conforme Portarias PREVIC nº 109 e 111, de 07/03/2013, também publicadas no DOU de 08/03/2013.

Todavia, em setembro/2013 foram suspensos os procedimentos de liquidação dos Planos BD e CV, em cumprimento às liminares concedidas pela 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal do TRF da 1ª Região (Mandados de Segurança nº 26059-88.2013.4.01.3400 e nº 36147-88.2013.4.01.3400). Decisão de 10/04/2014, do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, indeferiu pedido da PREVIC, no sentido de reverter referida decisão, em que pese o Ministério Público Federal ter sido favorável à denegação da segurança e à manutenção da liquidação dos Planos, conforme Manifestação nº 099/2014/FP, de 13/02/2014. Ainda não ocorreu o julgamento do mérito dessas Ações Judiciais.

3. Decisão Judicial: Pagamento dos benefícios dos assistidos do Plano BD

Diante da exaustão dos recursos líquidos do Plano BD, a CAPAF ficou impossibilitada de efetuar o pagamento integral da folha de benefícios a partir de março/2011 aos assistidos de responsabilidade da Entidade vinculados àquele Plano.

Por força de decisão prolatada na Reclamação Trabalhista nº 0000302-75.2011.5.8.0008, 8ª VT Belém-Pa, o Banco da Amazônia vem repassando mensalmente à CAPAF recursos complementares da folha de pagamento dos assistidos do Plano BD.

Decisões de instâncias superiores mantiveram a condenação do Patrocinador Banco da Amazônia pelo aporte à CAPAF dos valores faltantes, mês a mês, ao pagamento da íntegra dos benefícios previstos no Plano de Benefícios Definidos.

A CAPAF vem adotando as providências de sua alçada, viabilizando a geração da folha de benefícios e providenciando o respectivo crédito dos valores líquidos.

Entre 23/03/2011 a 31/12/2016 o montante repassado pelo Banco da Amazônia atingiu R\$ 210.292 mil. Desse total, o valor de R\$ 41.511 mil refere-se a 2016.

4. Decisão Judicial: Aporte de recursos do Banco da Amazônia à CAPAF.

Permanece em andamento o Processo nº 1164-2001-001.16.00.2, 1ª Vara do Trabalho de São Luis – MA, em que o Banco da Amazônia foi condenado a aportar à CAPAF recurso equivalente ao valor do déficit técnico da Entidade. O Procurador-Chefe da União no Estado do Maranhão impetrou Ação Rescisória (AR nº 0016098-06.2014.5.16.0000) com pedido de liminar, buscando a desconstituição do acórdão proferido pelo TRT da 16ª Região. Em decisão de 16/05/2014, o Desembargador Relator concedeu a liminar requerida, suspendendo os atos da execução em curso no processo, até o trânsito em julgado da referida AR.

5. Comissão de Inquérito

Através da Portaria nº 90, de 16/02/2012, publicada no Diário Oficial da União de 27/02/2012, e com fundamento no artigo 61 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, combinado com o disposto no Capítulo IV, Seção II, da Lei nº 6.024, de 13/03/1974, a PREVIC constituiu uma Comissão de Inquérito para apurar as causas que levaram a CAPAF ao regime de Intervenção em que se encontra submetida, assim como a responsabilidade dos seus administradores e conselheiros.

Mediante Ofício nº 850/2013/ CGDC/DICOL, de 08/03/2013, a PREVIC comunicou à CAPAF o arquivamento do Relatório Conclusivo da Comissão de Inquérito.

Mediante Ofício nº 053/2016/ERMG, de 01/08/2016, a PREVIC deu ciência à CAPAF sobre o Auto de Infração nº 029/16-50, lavrado contra ex-dirigentes desta Entidade.

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

Prorrogação do prazo de Intervenção na Entidade

Mediante Portaria nº 94, de 03/02/2017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, publicada no Diário Oficial da União de 06/02/2017, foi prorrogada por mais 90 dias, a contar de 04/02/2017, o prazo de Intervenção na CAPAF.

Decisão Judicial: Pagamento dos benefícios dos assistidos do Plano BD

De acordo com Certidão expedida em 08/02/2017 pelo Tribunal Superior do Trabalho, até 06/02/2017, não houve interposição de recurso contra a decisão proferida nos autos do Processo nº Ag-ED-AIRR - 302-75.2011.5.08.0008.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação dos novos Planos de Benefícios (Plano BD Saldado, Plano CV Saldado e Prev Amazônia) agregou segurança aos participantes aderentes, que terão a garantia do recebimento de seus benefícios.

Com a suspensão da liquidação dos Planos BD e CV permanece o impasse, já que, segundo Pareceres Atuariais, não existem condições técnicas de equacionamento do déficit desses Planos.

Os recursos existentes no Plano CV ainda permitem fazer face ao pagamento mensal da folha de benefícios. Para os assistidos do Plano BD, permanece em vigor a decisão judicial que determina que o Patrocinador aporte os recursos necessários ao pagamento da folha de benefícios.

Como o saldamento dos planos antigos contemplou apenas 52% dos participantes, persiste a situação de total desequilíbrio econômico-financeiro dos Planos BD e CV, que abrigam os participantes que não fizeram opção pelos Planos Saldados.

Continuamos buscando alternativas no sentido de solucionar o problema e, conseqüentemente, encerrar o regime especial de intervenção.

Belém, Pará, 02 de maio de 2017

Nivaldo Alves Nunes
Interventor da CAPAF

11. ANEXOS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARECERES ATUARIAIS
PARECER AUDITORIA INDEPENDENTE